



Rogério Marques/OVALE



Rogério Marques/OVALE

MÃE E FILHO.
Presas vivem a alegria da chegada do filho, mas convivem com a apreensão de deixá-los em breve.



Rogério Marques/OVALE

O pátio com 12 celas é diferente de todo o restante da penitenciária. As celas têm grades, há normas e a disciplina é a mesma, mas as detentas que vivem ali não estão sozinhas. Seis delas têm a companhia de seus bebês e duas estão prestes a dar à luz.

O espaço tem cadeiras para amamentação, uma mesa e televisão. As celas contam com cama, berço e chuveiro quente. Ao lado do pátio, um espaço para amamentação e cuidado das crianças. As paredes são pintadas em um tom de verde, com contrastes de tonalidades mais escuras e papel de parede com animais da selva.

“Essa unidade foi construída para acolher gestante e a criança nascida da mãe recolhida”, explica a enfermeira Lygia Maria Alvarenga Toledo, diretora do Centro de Reintegração e Atendimento à Saúde na Penitenciária Feminina 2 de Tremembé.

A unidade é pioneira e referência no sistema prisional paulista por ter sido a primeira a implantar um espaço específico para presas grávidas e parturientes, o que é exigido por lei.

Atualmente, a unidade abriga 792 mulheres (tem capacidade para 908), com oito

ATRÁS DAS GRADES HÁ UM ESPAÇO DE AMAMENTAÇÃO, BERÇO E CHUVEIRO

PENITENCIÁRIA É PIONEIRA COM ‘MÃES PRESAS’

Penitenciária Feminina 2 de Tremembé foi a primeira do estado a implantar uma ala específica para atender as grávidas



Rogério Marques/OVALE

Prisão.
Detentas podem ficar com os filhos por no máximo seis meses

gestantes no pavilhão geral e seis na ala de amamentação com seus bebês, além de duas grávidas com mais de 8 meses.

O número pode mudar a qualquer momento com um parto ou a chegada de mais presas grávidas.

“Às vezes as mulheres não sabem que estão grávidas. Há aquelas que se descobrem grávida e entram no nosso planejamento”, diz Lygia.

Quando a presa entre no 8º mês de gestação, ela é transferida para o ambiente específico das gestantes. Elas também são acompanhadas por uma equipe multidisciplinar, incluindo ginecologista, psicólogo e depois pediatra.

“A gente acompanha a presa desde que ela se descobre grávida até a entrega da criança. Em alguns casos, o atendimento se estende até a pós-entrega, para readaptação ao pavilhão”, conta o psicólogo Thiago Luis da Silva.

Presas com 10 quilos de macanha numa rodovia na Baixada Santista, em 2016, Aline Silva, 27 anos, de Caraguatatuba, é uma das presas que cuidam de bebês na P2 de Tremembé.

Ela estava na unidade quando deu à luz. “Minha filha nasceu no cárcere. É uma sensação de falta da família do lado, não podemos fazer nada e estamos na mão da Justiça. Aqui tem hora para fazer tudo”. ■

NAPRISÃO

‘Muitas mulheres chegam aqui sem saber que estão grávidas’, diz diretora da P-2

ATENDIMENTO. Segundo a enfermeira Lygia Maria Alvarenga Toledo, diretora do Centro de Reintegração e Atendimento à Saúde na Penitenciária Feminina 2 de Tremembé, muitas mulheres chegam à unidade sem saber que estão grávidas, o que torna a vida delas mais difícil na prisão e exige um atendimento diferenciado. “Muitas vezes [a mulher] não tem ideia de que

está grávida. Usuárias de crack não menstruam e costumam ter relação sexual desprotegida, e às vezes chegam grávidas [à penitenciária]”, diz Lygia. “As presas podem engravidar na saidinha também, mas muitas optam por não engravidar nesse período de recolhimento”. As grávidas são acompanhadas desde o início e, quando entram no 8º mês, vão para uma ala específica na penitenciária. ■

6

MESES

é o tempo máximo que a presa que deu à luz pode ficar com seu bebê no cárcere.

17

PRESAS

grávidas (10) ou parturientes (7) estão em unidades prisionais do Vale do Paraíba.

ACOMPANHAMENTO

‘Separação do filho é difícil e carregada de muito sofrimento’, afirma psicólogo

EMOÇÃO. O psicólogo Thiago Luis da Silva, que atua com presas grávidas na Penitenciária Feminina 2 de Tremembé, explica que um dos momentos mais delicados é quanto a parturiente tem que ser separada do bebê, aos seis meses. Segundo ele, as grávidas são acompanhadas individual e coletivamente, em grupos de reflexão, e até mesmo depois da separação das crianças, para

uma readaptação de volta ao pavilhão geral da unidade. “A separação do filho, nessa circunstância, é difícil e carregada de muito sofrimento. Fazemos um trabalho em grupo e individual, alinhado a outros profissionais, para que elas tenham consciência desse momento de separação e que possam minimizar os efeitos emocionais”, afirma. “Dependendo do caso, a mulher pode desenvolver uma patologia”. ■